

SUBMISSÃO DE RESUMO PARA GT - GT 06 - INIQUIDADES DE GÊNERO E  
ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

**ESCUA ESPECIALIZADA E SEGURANÇA PÚBLICA: RELATO DE  
CAPACITAÇÃO SOBRE A LEI Nº 13.431/2017 NO VALE DO SÃO  
FRANCISCO.**

*Silvia Rodrigues Da Rocha (sil.rrocha07@gmail.com)*

*Layane Souza Da Silva (layanesouza.psi@gmail.com)*

Temática: O trabalho insere-se no campo da Psicologia Jurídica e das Políticas Públicas, focando na implementação da Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida) no âmbito da segurança pública. Problema: A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de alta prevalência no Brasil, muitas vezes agravado pela revitimização no sistema de garantia de direitos. Nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) da região do Vale do São Francisco, observa-se que a falta de formação técnica e as limitações de infraestrutura impedem que os agentes realizem uma escuta humanizada e distinta do caráter investigativo, conforme preconiza a legislação vigente. Objetivos: Relatar a experiência de uma capacitação realizada com agentes da Polícia Civil de duas DEAMs do Vale do São Francisco, visando promover o atendimento humanizado, qualificado e protetivo a vítimas e testemunhas de violência. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado em um estágio profissionalizante em Psicologia. A atividade, com carga horária de 40 horas, utilizou metodologias ativas e práticas reflexivas, incluindo estudos de caso e o diagnóstico de necessidades psicossociais da equipe policial. A análise dos dados foi realizada

por meio da técnica de análise de conteúdo. Resultados: A intervenção revelou lacunas significativas no conhecimento técnico dos policiais, que frequentemente confundiam os conceitos de escuta especializada e depoimento especial, pautando suas práticas no senso comum. Identificou-se uma resistência inicial a novas práticas, mas também um forte interesse dos agentes em aprimorar a qualidade das investigações e reduzir o sofrimento das vítimas. A precariedade da infraestrutura física e tecnológica das delegacias foi apontada como um obstáculo crítico para a privacidade e o acolhimento. Conclui-se que a formação continuada e a articulação interdisciplinar entre Psicologia e Segurança Pública são pilares essenciais para superar a robotização dos procedimentos e garantir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes na região.

Palavras-chave: escuta especializada; lei nº 13431/2017; segurança pública; vale do são francisco; psicologia.